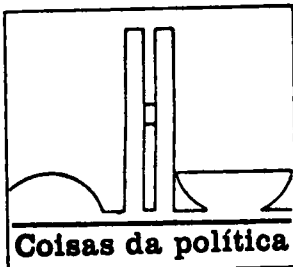


Que Congresso é esse?

Eliane Cantanhede

O Congresso Nacional está cercado. Não mais pela polícia, como há pouco mais de um ano, nos estertores do ciclo militar, mas pela perplexidade e pela desordem. Lá se foi o tempo dos grandes tribunos, de um San Tiago Dantas, um Adauto Lúcio Cardoso ou um Octávio Mangabeira, e o que se vê são as fraudes nas votações, a gazeta diária regada a jetons, a ausência de uma mobilização efetiva para discutir, por exemplo, a terrível encalacrada econômica. A todas essas denúncias — ou constatações — os parlamentares, esquivando-se da responsabilidade que o momento exige, reagem criando a ficção de uma “campanha de desmoralização” em curso. Mas não seria de moralização? O país mudou, o poder político está sendo devolvido aos políticos, a constituinte vem aí e nada mais natural, portanto, que a nação possa amanhecer acreditando nos seus representantes.



O que ocorreu esta semana em Brasília foi um carnaval de sandices no Congresso, que merecem ser relacionadas. Numa de suas crises existenciais, o Deputado Agnaldo Timótheo acusou o Presidente da República de “estar envolvido em crime de morte”; o Deputado Alvaro Vale conseguiu assinaturas suficientes para uma votação urgente ressuscitando os dois turnos para a eleição de novembro — algo enterrado pelo plenário há menos de três meses; o presidente do Senado, José Fragelli, não abriu uma sessão matutina conjunta por falta de quorum, mas, à noite, permitiu a realização de duas sessões para garantir o duplo jeton do dia; o Deputado Albino Coimbra anuncia que vai entrar com mandado de segurança contra a pena de advertência que recebeu da mesa da Câmara por ser um “pianista” fotografado; o Procurador-Geral da República, Sepúlveda Pertence, a quem recorreu indiretamente o Deputado Norton Macedo, dá parecer totalmente contrário ao voto de liderança — um assunto passível de discussão e solução no âmbito interno do Legislativo; por fim, o TSE desiste de esperar a proposta de regulamentação da propaganda eleitoral no rádio e na televisão e, antecipando-se ao Legislativo, designa um relator para cobrir a omissão — afinal, a propaganda vai começar no próximo dia 14. Convenhamos, assim não dá...

A culpa de todos esses vexames, certamente, é dos jornalistas e da imprensa, pois o Deputado Mendonça de Moraes pede o levantamento dos nomes, funções, salários e frequências dos jornalistas e de seus parentes que têm emprego no Congresso — um pedido, a princípio, normal e até justo, mas sob a forma de retaliação. E também mascara uma retaliação o projeto que o Deputado Gastone Righi irá apresentar na próxima semana, proibindo toda publicidade paga dos

governos federal, estaduais e municipais nos meios de comunicação de toda espécie. Até agora, contudo, não há o mínimo sinal de uma mobilização moralizadora do Congresso — para impedir, não a veiculação, mas a origem das denúncias —, além das alterações no sistema eletrônico de votação. Aliás, nada mais melancólico — ou seria humilhante? — do que os senhores deputados sendo obrigados a votar com as duas mãos para não fraudarem votos alheios.

Nesse contexto, a questão da presença ou ausência no plenário — que puxou o fio da meada, junto com as fraudes — perde importância. O Deputado Ayrton Soares, que, além de bom senso, tem destacada atuação parlamentar, diz que este é um problema menor e que, mais útil e conseqüente do que “as discursivas de plenário”, seria uma boa sacudidela na essência das comissões técnicas que estudam e produzem pareceres sobre todos os projetos, desde o mar de 200 milhas até a lei de greve, por exemplo. Já seria um caminho, mas os atuais 479 deputados e 69 senadores poderiam lembrar, de vez em quando, que “a caixa de ressonância da sociedade” tem que funcionar como nunca, agora que a instituição recupera o seu poder e as únicas coisas que se esperam dela são: que cumpra suas obrigações ordinárias e extraordinárias e corresponda, como também o Executivo, o Judiciário e as Forças Armadas, à expectativa de milhões de eleitores ansiosos com as mudanças prometidas na campanha de Tancredo Neves e José Sarney.

Os presidentes do Senado, José Fragelli, e da Câmara, Ulysses Guimarães, vão emprestar o peso de seu passado e de seus cargos para, em cadeia de rádio e televisão, explicarem a atuação e a importância do Congresso Nacional no processo de transição. Certamente, dirão que a democracia pressupõe instituições sólidas, estáveis, o que, além de ser o óbvio, é que todo o mundo deseja — ou quase. Foi justamente por isso, aliás, que começou e prossegue a campanha pela moralização.